

PROGRAMAS PÚBLICOS DE ATIVIDADE FÍSICA E LAZER EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS DE EDUCAÇÃO: COMPARANDO AS EXPERIÊNCIAS DAS CIDADES DE VALINHOS/SP E JUNDIAÍ/SP

Caroline Giolo de Melo¹

São Paulo, SP, Brasil

Tatiani Ribeiro²

São Paulo, SP, Brasil

Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco³

São Paulo, SP, Brasil

Juliana Pedreschi Rodrigues⁴

São Paulo, SP, Brasil

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo comparar e analisar dois programas públicos de atividade física regular e orientada. Através do desenvolvimento de pesquisa de natureza qualitativa avaliou-se o Programa de Ginástica da Secretaria de Esportes e Lazer da Prefeitura Municipal de Valinhos e o Programa Zumba nos Bairros da Secretaria de Esportes e Lazer da Prefeitura Municipal de Jundiaí, ambas localizadas no estado de São Paulo, Brasil. Assim sendo, para o desenvolvimento desta pesquisa, realizaram-se entrevistas, utilizando-se de um questionário semiestruturado, com os gestores dos programas em cada uma das cidades e do levantamento bibliográfico e documental a fim de subsidiar as análises e discussões dos resultados. Em considerações finais refletiu-se sobre as experiências e peculiaridades dos programas, com vistas à implantação de melhorias e/ou possíveis reformulações que contribuam para o fortalecimento de novas ações e políticas públicas voltadas às áreas do esporte e lazer nestas e em outras cidades da região.

Palavras-chave: Atividade física. Qualidade de vida. Educação não formal.

1 Professora de Educação Física e Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciências da Atividade Física da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo - EACH/USP.

2 Bacharel em Lazer e Turismo e Estudante especial do Programa de Pós-graduação em Ciências da Atividade Física da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo - EACH/USP.

3 Doutor em Educação, professor da EACH-USP, no curso de Bacharelado em Lazer e Turismo e participante do GIEL - Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer. Professor do Programa de Mestrado em Ciências da Atividade Física. Orienta, realiza pesquisas e ministra aulas das disciplinas relacionadas ao planejamento e gestão pública do lazer e ao entendimento do lazer e do turismo como fenômenos sociais. Principais campos de interesse: Sociologia da Educação, Sociologia do Esporte; Gestão Pública do Lazer e do Turismo; Políticas Educacionais.

4 Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Fez mestrado na Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, na área de concentração Estudos do Lazer. Atualmente é professora da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo - EACH/USP, do curso de bacharelado em Lazer e Turismo e do curso de pós-graduação em Ciências da Atividade física, na linha de Pesquisa: Promoção do Lazer. Preside o Nodo Brasil da Rede Iberoamericana de Animação Sociocultural - RIA e é pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer - GIEL/CNPQ/USP. Áreas de interesse: Educação formal, informal e não formal; Educação Social; Animação sociocultural e Lazer.

PROGRAMS PUBLIC PHYSICAL ACTIVITY AND LEISURE SPACES IN NO FORMAL EDUCATION: COMPARING THE EXPERIENCES OF VALINHOS/ SP CITIES AND JUNDIAÍ/SP

ABSTRACT: This research aims to compare and analyze two public programs regularly and oriented physical activity. Through qualitative research development evaluated the Department of Exercise Program for Sports and Recreation of the City of Valinhos and the Zumba program in Districts of the Department of Sports and Leisure of the City of Jundiaí, both located in the state of São Paulo, Brazil. Therefore, for the development of this research, they conducted interviews, using a semi-structured questionnaire with program managers in each of the cities and bibliographic and documentary in order to support the analysis and discussion of the results. In closing remarks reflected on the experiences and peculiarities of the programs with a view to implementing improvements and / or possible improvements which contribute to the strengthening of new actions and public policies in the areas of sport and leisure in these and other cities in the region.

Keywords: Physical activity. Quality of life. Non formal education.

PROGRAMAS PÚBLICOS DE ACTIVIDAD FÍSICA Y ÓCIO EM ESPACIOS NON FORMAL DE EDUCACIÓN: COMPARAR LAS EXPERIENCIAS DE VALINHOS CIUDADES/SP Y JUNDIAÍ/SP

RESUMEN: Esta investigación tiene como objetivo comparar y analizar dos programas públicos de forma regular de actividad física orientada. A través del desarrollo de investigación cualitativa evaluado el Departamento de Programa de Ejercicio de Deportes y Recreación de la ciudad de Valinhos y el programa de Zumba en los distritos del Departamento de Deporte y Ocio de la ciudad de Jundiaí, ambos ubicados en el estado de São Paulo, Brasil. Por lo tanto, para el desarrollo de esta investigación, se llevaron a cabo entrevistas, utilizando un cuestionario semi-estructurado con los directores de programas en cada una de las ciudades y bibliográfico y documental con el fin de apoyar el análisis y discusión de los resultados. En las palabras de clausura reflejadas en las experiencias y particularidades de los programas con el fin de implementar las mejoras y / o posibles mejoras que contribuyan al fortalecimiento de las nuevas acciones y políticas públicas en las áreas de deporte y ocio en éstas y otras ciudades en la región.

Palabras-clave: Actividad física. Calidad de vida. Educación no formal.

Introdução

Com o aumento da expectativa de vida, a ideia de envelhecer com saúde encontra-se cada vez mais em foco, fato que tem gerado uma grande busca por mais qualidade de vida, principalmente, através do lazer e da prática de atividades físicas regulares e orientadas. (OMS, 2014)⁵.

Muito se fala sobre os benefícios da prática da atividade física e, realmente, esse tem sido um assunto bastante relevante para promoção da saúde. Entre os principais

5 <http://unasus.gov.br/noticia/expectativa-de-vida-aumenta-em-seis-anos-diz-oms>

benefícios cabe ressaltar a melhora da capacidade cardiovascular, a diminuição da massa gorda e aumento da massa magra, a diminuição de risco para doenças como diabetes, hipertensão, síndrome metabólica, colesterol elevado, doenças cardíacas, obesidade, ansiedade, depressão. Além dessas vantagens, a atividade física regular aprimora a força, a resistência, a agilidade, a coordenação motora, a flexibilidade, a mobilidade articular e o repertório motor. É capaz, também, de propiciar a sociabilização entre pessoas, contribuindo para a melhoria da autoconfiança, da autoestima, favorecendo o desfrute de momentos de bem estar e de descontração.

Dessa forma, pode-se dizer que a prática de atividade física orientada influencia positivamente a saúde física, emocional e psicológica do praticante, resultando, conseqüentemente, na melhoria de sua qualidade de vida.

Nesse contexto, as práticas físicas oferecidas em espaços não formais de educação, como associações de bairros, parques, praças, centros comunitários, tornam-se importantes estratégias para a busca pela qualidade de vida. E, entende-se que é nesse sentido, que o fomento de políticas públicas no campo do lazer, do esporte e da promoção da atividade física, podem auxiliar para a ampliação da oferta destas práticas físicas, orientadas e gratuitas para um número cada vez maior de participantes.

Assim, dada a relevância da prática das atividades físicas para a melhoria da saúde e bem estar da população de maneira geral, o presente estudo teve como objetivo comparar e analisar dois programas públicos que promovem a prática de atividades físicas regulares e orientadas de duas cidades situadas no interior do estado de São Paulo: Valinhos e Jundiaí. A escolha pelas duas cidades considerou a proximidade entre ambas e a oferta de atividades itinerantes já propostas aos municípios.

Cabe ressaltar que, diante das inúmeras possibilidades de investigação das políticas públicas de esporte e lazer, optamos, nesse estudo, pelo contexto da atividade física e lazer como possibilidade de promoção da saúde.

Caminhos metodológicos

A presente pesquisa de natureza qualitativa observou o Programa de Ginástica da Secretaria de Esportes e Lazer da Prefeitura Municipal de Valinhos/SP e o Programa Zumba nos Bairros, desenvolvido pela Secretaria de Esportes e Lazer da Prefeitura Municipal de Jundiaí/SP, tendo como objetivo principal analisar a estrutura dos dois programas com o intuito de compreender em ambos qual é a abrangência e sua capacidade de promover a atividade física e saúde aos cidadãos e, ainda, analisar a estrutura organizacional dos dois programas e sua capacidade de promover a atividade física para moradores das duas cidades.

Neste contexto fez-se necessário levantar os processos históricos dos dois municípios, a estrutura organizacional das diferentes Secretarias, o número de atendimentos realizados pelo Programa e perfil do público participante, os locais de desenvolvimento das atividades, bem como as programações desenvolvidas. A partir do depoimento dos gestores, identificou-se os recursos financeiros e materiais disponíveis, o perfil dos

profissionais que desenvolvem as atividades fins e meios e, finalmente, quando possível, a forma de avaliação das atividades e atendimentos nos diferentes programas.

Para o levantamento dos dados em campo foi aplicado um questionário semiestruturado, com onze questões abertas, destinado aos gestores dos programas. A análise final considerou o diálogo entre a observação das pesquisadoras, os dados coletados e a bibliografia selecionada.

Sobre o lazer, qualidade de vida, prática de atividades físicas e espaços não formais da cidade.

Antes de iniciarmos as considerações sobre práticas de atividades físicas que ocorrem em espaços não formais das duas cidades investigadas, convém definir o que se compreende por educação não formal e espaços não formais, ou seja, seu conceito, características e âmbitos.

Segundo Gadotti (2005), a educação não formal é menos “hierárquica e burocrática e mais difusa em relação à educação formal”, a que acontece na escola pública ou privada, entendida por ele como a educação obrigatória e/ou acadêmica. Segundo o autor ela se desenvolve a partir dos “anseios do cidadão que busca enriquecimento pessoal, seja através de cursos de capacitação profissional, ou pelo desenvolvimento de habilidades” (GADOTTI, 2005, p.2) ou pelo aprofundamento de conhecimento de interesse pessoal em uma determinada área, enfim, depende da livre escolha do indivíduo.

Nesse sentido, podemos afirmar que a educação não formal, que em geral ocorre em espaços não formais de educação, possui um caráter voluntário⁶, espontâneo, visto que a iniciativa de participação deve partir do próprio participante. Muitas vezes, esse tipo de educação, a não formal, relaciona-se com os anseios da comunidade, o que faz com que muitas vezes esse termo seja confundido e aproximado ao conceito de educação popular (GOHN, 2008). É latente que a participação comunitária em atividades e práticas não formais, provoca em seus participantes uma relação prazerosa com o que está sendo aprendido, visto que o indivíduo, em geral, tem mais liberdade para contribuir e intervir nesse processo e não se sente preso a condicionantes e regulamentos que são próprios dos espaços e atividades formais.

Essa participação “mais livre” além de estabelecer um vínculo muito próximo entre educadores e participantes, carrega em si a flexibilidade no tempo dos conteúdos, respeitando os desejos, opiniões, características e cultura do grupo fugindo de estereótipos e padrões impostos.

Todas essas características conferem à educação não formal a capacidade de transformação tanto pessoal como coletiva, visto que os indivíduos participam ativamente de todo o processo e o fazem de forma espontânea e sem imposições.

Valéria Aroeira Garcia, educadora formal e social que investiga as diferentes possibilidades da educação não formal e comparou diversas definições de autores especializados no tema afirma que:

⁶ Aqui, a palavra voluntário, refere-se somente à busca espontânea por uma atividade e ou aprendizagem e não se configurando como trabalho sem remuneração.

Restritamente, o termo diz respeito às instituições, associações, organizações, fundações (...) que trabalham tendo a educação como mediadora nos processos de construção do conhecimento, independente do público, objetivo, conteúdo, durabilidade, espaço, e lugar onde se desenvolve a proposta. Em um outro aspecto, engloba todas as ações que são elaboradas intencionalmente e interferem educacionalmente na formação dos indivíduos. (GARCIA, 2009, p. 44)

Pesquisador e professor Jaume Trilla (1999) ao discutir as experiências não formais e suas possibilidades no que nomeia como “Cidade Educadora”, considera a cidade como “espaço e lugar” que sugere as práticas não formais que se aproximam com maior facilidade de segmentos da população com maior dificuldade de acesso aos bens culturais e às práticas institucionalizadas. Para o autor a cidade e, especialmente, uma “Cidade Educadora”, pode oferecer ao cidadão três dimensões distintas que se complementam:

Contextos formados de instituições e ações educativas: “Aprender na cidade”. Uma vertente de reflexão pedagógica sobre a cidade considera o meio urbano, como um contexto de acontecimentos educativos, pois, a cidade é um contendor de uma educação múltipla e diversa, positiva e negativa, que se espalha pela maioria dos seus espaços;

Agentes como instrumento e emissor de educação: “Aprender da cidade”. A cidade é um contendor de educação, pois também é uma fonte que diretamente gera processos de formação e socialização. Considera-se o meio urbano como um agente informal de educação e neste processo, a rua é elencada como um elemento mais emblemático chamado de “escola da vida”, pois é nela que se articulam a relação social e desenvolve os agentes emissores de informações e cultura urbana;

Conteúdo da educação: a cidade como objeto de conhecimento: “Aprender a Cidade”. Fazer da cidade um objeto de educação, significa superar limites de superficialidade e parcialidade apresentando uma aprendizagem espontânea realizada no meio urbano. Aprender a cidade é aprender utilizá-la em relação às intervenções educativas, o conhecimento dos acessos aos recursos, fontes, informações, centros de recreações e difusão cultural em que o indivíduo utiliza para sua própria formação e o desenvolvimento de sua própria autonomia (TRILLA, 1999, p. 199-221, tradução nossa).

Fernandes (2007) por sua vez, corroborando com a ideia de Trilla (1999) afirma que toda cidade tem o seu potencial educador e que nela reside diferentes formas e espaços não formais de educação. Para a autora:

O espaço da cidade é um local de ações sociais, políticas, poéticas, culturais, de procedimentos de resistência e de criatividade, de relação entre espaços de circulação, de encontro, de vivência, fruição, que coloca em contato diferentes formas de pensar, sentir, agir e se colocar dos grupos sociais, fruto de seus repertórios e contextos culturais. (FERNANDES, 2007, p.3)

As perspectivas de ambos autores demonstram que a cidade pode oferecer ao cidadão possibilidades de práticas e fruições para além daquelas já formalizadas e

estabelecidas por diferentes instituições formais e que, nos espaços não formais, as culturas existentes podem se mostrar e interagirem livremente entre si. Nesse sentido, nota-se que aprendizagens e experiências em diferentes campos do saber podem ocorrer pela cidade e se tornam importantes mecanismos para promoção de sociabilidade, de lazer e mesmo de promoção de saúde.

No caso as atividades de lazer, dentre elas as atividades corporais/físicas, podem ocupar um papel fundamental no processo reconfiguração das atuais cidades que buscam maior qualidade de vida.

Sobre a participação social e a elaboração e implementação de políticas públicas na cidade

Pesquisas recentes sobre a qualidade de vida nas grandes cidades demonstram que, para além do trabalho, da circulação e, do universo do consumo, as cidades devem ser pensadas de forma a contemplar outras e importantes esferas da vida como, por exemplo, a oferta de espaços públicos e equipamentos culturais voltados para o lazer e para a promoção da saúde.

Nesse sentido, muitos são os estudos que discutem o valor da atividade física que, quando realizada regularmente, proporciona ao organismo um equilíbrio físico e mental significativo, o qual influencia diretamente na qualidade de vida do praticante. De acordo com McArdle, Katch e Katch (2011, p. 887) “[...] um estilo de vida fisicamente ativo durante a vida inteira confere benefícios significativos na área da saúde”, resultando na melhoria da saúde física, mental e contribuindo para a longevidade. E, ainda, corroborando com os autores acima, Araújo (2000, p. 197) afirma que os “[...] programas de promoção à saúde servem como catalisadores de comportamentos saudáveis”.

Com isso, pode-se assegurar que a atividade física se configura como experiência primordial na promoção e manutenção da qualidade de vida, sendo de grande importância a criação e a implementação de políticas públicas que garantam o acesso ao lazer por meio das atividades físicas regulares, orientadas e gratuitas, possibilitando o seu acesso ao maior número de pessoas.

Apesar de o lazer ter um conceito amplo e, muitas vezes, com diferentes significados, dependendo do contexto e do próprio indivíduo⁷, ele pode relacionar-se com esporte ou atividade física. O lazer é um direito social garantido constitucionalmente no Brasil e um fator necessário à concretização da cidadania plena, de acordo com a pesquisa de Amaral (2003):

O lazer também apareceu, pela primeira vez, na constituição de 1988. No Capítulo II, dos direitos sociais, o artigo 6º diz que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” [...]. No Título VIII, Capítulo III, da Educação, da

7 Para esse estudo, não serão discutidos os diferentes conteúdos do lazer, visto que o estudo priorizará os conteúdos físicos esportivos.

Cultura e do Desporto, na Seção III, do Desporto, o lazer é tratado no artigo 217 da seguinte forma: “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um observado: [...] IV § 3º o poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social” [...]. (AMARAL, 2003, p. 35):

Assim, torna-se o lazer um direito do cidadão e, conseqüentemente, a implementação de iniciativas públicas, de políticas públicas, que garantam o acesso à prática desportiva e ao lazer faz-se mais do que presente nos dias de hoje.

Lima e D’Ascenzi (2013) ao refletirem sobre os processos de implementação de políticas públicas, consideram que ela decorre da:

[...] organização do aparato administrativo responsável. A operacionalização de novas políticas, programas, projetos ou atividades depende de um conjunto de estruturas e normas internas. O plano será absorvido, traduzido e adaptado às possibilidades e aos constrangimentos das agências e dos indivíduos que deverão executá-lo. Assim, fatores como disponibilidade e qualidade dos recursos humanos e materiais, estrutura e a dinâmica das regras organizacionais (formais e informais), fluxo e disponibilização de informações influenciam a forma como se dará a apropriação e implementação do plano nos espaços locais. (LIMA E D’ASCENZI, 2013, p. 106)

E ainda, em razão das condições ideais e necessárias para a implementação as autoras defendem que:

[...] os implementadores adaptarão o que se espera ser feito ao que conseguem (ou querem) fazer. Os recursos afetam a interpretação do plano e sua implementação. A estrutura e a dinâmica dos espaços de trabalho são elementos importantes que conformam a percepção dos atores locais e sua ação. (LIMA E D’ASCENZI, 2013, p.106)

Para repensar as possibilidades de elaboração de políticas públicas de esporte e lazer nas cidades estudadas e suas possíveis estratégias de implementação, fez-se necessário analisar a porcentagem de arrecadação de impostos do município que é repassada para as Secretarias de Esportes e Lazer de Valinhos/SP e Jundiaí/SP para que seus programas e projetos sejam realizados. Pôde-se notar que, mesmo que haja o intuito de ampliar a abrangência dos programas (relação entre o número de participantes e número de habitantes do município), a estrutura local e os recursos financeiros disponíveis, muitas vezes, tornam-se fatores limitantes desse processo.

Ainda ao observarmos as políticas públicas de esporte e lazer para promoção da saúde e da qualidade de vida, como propõe-se no presente estudo, nos aproximamos também do discurso das “políticas públicas saudáveis” e, neste ponto, reportamo-nos ao estudo de Carmem Fontes Teixeira (2004), investigadora da área de saúde coletiva, que reforça a necessidade do diálogo entre gestores e pesquisadores da área de políticas sociais em geral e ciências da saúde em particular, bem como a necessidade de investimentos contínuos em capacitação e educação permanente de gestores, dirigentes e técnicos que atuam no poder público e que podem interferir na elaboração e execução de políticas públicas em suas áreas de atuação.

Cabe ressaltar que segundo Teixeira (2004) a noção de “Políticas Públicas Saudáveis” apareceu durante um importante debate internacional, a “8ª Conferência Internacional de Promoção da Saúde”, realizada em Ottawa, Canadá, no ano de 1986, mesmo ano em que ocorre no Brasil a “8ª Conferência Nacional de Saúde”⁸ o que marcou o “Processo Brasileiro de Reforma Sanitária”. Segundo a autora, a Carta de Ottawa, enfatiza a necessidade de “elaboração e implementação de políticas públicas de saúde, reforçando a necessidade de criação de ambientes favoráveis à saúde, o reforço da ação comunitária, o desenvolvimento de habilidades pessoais e reorientação do sistema de saúde público”. (TEIXEIRA, 2004, p.40)

E, ao pensar nas políticas públicas saudáveis e com o intuito de compreender o processo de elaboração e implementação das políticas públicas, recorreremos também a Milani (2008) que ressalta que “o pressuposto da participação social se tornou, na década de 90, um dos princípios organizativos, aclamados por agências nacionais e internacionais, dos processos de formulação de políticas públicas” em escala local. Conforme descreve o autor, foi dessa forma que os “anos 1990 ficaram marcados pela institucionalização da consulta da sociedade civil organizada nos processos de formulação de políticas públicas locais”. (MILANI, 2008, p. 552).

Em sua análise sobre a origem e a importância da organização civil e da participação nas decisões públicas, ele afirma que

[...] do ponto de vista analítico, o apelo ao cidadão e às organizações da sociedade civil para que participem da formulação de políticas públicas locais pode ser visto em três níveis. Em primeiro lugar, a participação pode significar controlar a qualidade dos serviços prestados. Isso significa que a participação cidadã na prestação de serviços sociais pode aumentar a qualidade dos resultados obtidos ao contrapor-se às formas monopólicas de produção de serviços sociais. [...] ela pode ajudar a incrementar a efetividade dos serviços sociais, tornando os gastos mais eficientes. Em segundo lugar, a participação pode significar a expressão de prioridades acerca de bens públicos futuros. No entanto, é bem verdade que, tanto no primeiro quanto no segundo casos, a participação não remete automaticamente a momentos de deliberação. Em terceiro lugar, participar pode ser sinônimo de politizar as relações sociais no processo de constituição de espaços públicos para a formulação de políticas públicas locais. (MILANI, 2008, p. 559)

Já sobre a importância da participação do cidadão e sua necessária relação com o poder público o autor ainda defende que

[...] a participação social cidadã é aquela que configura formas de intervenção individual e coletiva, que supõem redes de interação variadas e complexas determinadas (proveniente da “qualidade” da cidadania) por relações entre pessoas, grupos e instituições com o Estado. A participação social deriva de uma concepção de cidadania ativa. A cidadania define os que pertencem (inclusão) e os que não se integram à comunidade política (exclusão); logo, a participação se desenvolve em esferas sempre marcadas também por

8 <http://livrozilla.com/doc/817194/carta-de-otawa---pt>

relações de conflito e pode comportar manipulação. Os atores políticos, ao decidirem pela participação, podem ter objetivos muito diversos, tais como a autopromoção, a realização da cidadania, a implementação de regras democráticas, o controle do poder burocrático, a negociação ou inclusive a mudança progressiva de cultura política. (MILANI, 2008, p. 560)

Desta maneira, ao refletir sobre a experiência de participação popular no Brasil o autor considera que:

[...] por exemplo, a participação é um elemento central nos processos de reforma democrática do Estado desde a Constituição de 1988. Esta estimula a participação popular na tomada de decisões sobre políticas públicas, como no caso do princípio de cooperação com associações e movimentos sociais no planejamento municipal (Art.29) ou de participação direta da população na gestão administrativa da saúde, previdência, assistência social, educação e criança e adolescente (Artigos: 194, 198, 204, 206 e 227). Isso não significa, evidentemente, que os padrões de cultura política local e regional (com as marcantes distinções entre Sul e Nordeste brasileiros, por exemplo) não sejam fatores determinantes na condução de políticas públicas participativas. (MILANI, 2008, p. 561)

Entretanto, Milani (2008, p.566) ressalta que “um aspecto importante a ser salientado é que, em todas as experiências, os números da participação são bastante modestos se pensados em relação à população local” e, ele ainda declara que “poucos cidadãos se mobilizam e participam efetivamente das experiências de gestão pública participativas”, mas, ainda sobre a questão da participação, prossegue com suas considerações afirmando que:

[...] não se pode julgar o potencial de renovação democrática dessas experiências unicamente pela quantidade de participantes mobilizados e que não se trata apenas de estimular as pessoas a participarem mais do processo de formulação de políticas públicas locais, mas de assegurar a qualidade dessa participação”. (MILANI, 2008, p.566)

Tão importante como a participação na elaboração das políticas públicas, outro ponto relevante e que deve ser considerado refere-se ao seu processo de avaliação, momento em que se torna fundamental o desenvolvimento de estratégias de acompanhamento, de todo o processo, por parte dos gestores e da população envolvida.

Nesse sentido, Trevisan e Van Bellen (2008, p. 536) afirmam que “o agir público pode ser dividido em fases parciais do processo político-administrativo, que correspondem a uma sequência de elementos do processo, [...] isso corresponderia às fases de: formulação, implementação e avaliação”. Os autores ainda ressaltam que é justamente “na última fase deste ciclo, na etapa de avaliação, que se torna possível uma adequação”, conforme os autores a “correção da ação”. (p.536). Eles sugerem que a análise mais detalhada de programas já implementados, independente de seus resultados, sejam realizadas e consideradas justificando que, de modo em geral,

[...] as avaliações podem ser um “problema” para os governantes, executores e gerentes de projetos porque os resultados podem causar constrangimentos públicos. As informações e resultados das avaliações podem ser usados pelo público e pela imprensa para criticar os governos, da mesma forma que, em caso de “boas notícias”, os governos podem usá-las pra legitimar as próprias políticas, como ganho político etc. (TREVISAN e VAN BELLEN, 2008, p. 536).

Atualmente, a necessidade de avaliação se faz cada vez mais presente nos processos de análise de políticas públicas, sendo de muita utilidade. Entretanto, sabe-se que elas ainda são pouco utilizadas e que muitas vezes não demonstram a realidade ou ficam muito aquém do desejado e esperado devido, em geral, pela resistência de gestores públicos. Isso acaba por interferir, muitas vezes, nos projetos que não recebem os ajustes e aprimoramentos necessários à sua continuidade, ou, então, inviabilizam o prosseguimento de programas e projetos bem-sucedidos que, por ausência de debates e melhorias, perdem espaço de divulgação, de recursos e, conseqüentemente, limita o acesso e a participação ativa da população.

Sobre o lugar e a prática de atividades físicas nas cidades de Valinhos e Jundiaí: apresentação dos dados.

Relatos e observações realizadas na cidade de Valinhos

A seleção pelo programa de ginástica da Secretaria de Esportes e Lazer da prefeitura de Valinhos/SP, para este estudo, ocorreu devido ao mesmo se situar no campo da educação não formal, considerado capaz de possibilitar acesso da população a atividades físicas e de lazer gratuitas.

Todos os dados apresentados foram obtidos através de uma entrevista muito esclarecedora sobre a estrutura do programa e linhas de atuação da secretaria, realizada com o diretor de esportes que nos disponibilizou o acesso aos documentos e registros internos da Secretaria de Esportes.

A Secretaria de Esportes e Lazer possui 41 professores de educação física, os quais desenvolvem 18 modalidades esportivas como ginástica, alongamento, zumba, voleibol, futebol de campo, natação, hidroginástica, basquete, futsal, karatê, judô, tênis de campo, tênis de mesa, taekwondo, atletismo, handebol, voleibol adaptado e luta de braço, todos desenvolvidos no Ginásio Municipal de Esportes Vereador Pedro Ezequiel da Silva, no Complexo Esportivo Eledir Rosa de Amorin (JUPA), na piscina municipal, campos municipais ou de parcerias com espaços não formais de educação, no caso clubes e associações de bairros, quadras municipais, centros comunitários pertencentes à prefeitura, parcerias com salões de igrejas católicas e Centro de Artes, Cultura e Comércio (CACC) Adoniran Barbosa. Para este estudo, serão considerados apenas os cinco profissionais que atuam no programa de ginástica.

As ações desta Secretaria atendem cerca de cinco mil pessoas por semana. Com exceção do voleibol adaptado e hidroginástica, todas as demais atividades físicas

para terceira idade são desenvolvidas pelo Centro de Convivência do Idoso, o qual está subordinado à Secretaria de Assistência Social, que, no entanto, não possui estrutura para atender estas duas modalidades.

O recurso financeiro disponibilizado pela secretaria representa 1,58% da arrecadação total de impostos do município, e sempre faz-se necessário um grande planejamento para a sua utilização, uma vez que no mesmo recurso estão inclusos os salários de todos os funcionários lotados, independente do cargo, horas extras, compra de materiais, gastos com transporte e alimentação de atletas, inscrições em campeonatos, pagamentos de ligas, uniformes, gastos com eventos de lazer, entre outras despesas fixas e emergenciais.

Para este estudo, em particular, priorizamos o Programa de Ginástica, que é descentralizado e apresenta o maior número de atendimentos em comparação com as outras práticas e modalidades. Esse programa inclui aulas de ginástica e alongamento em vários bairros da cidade e zumba no CACC durante dois dias na semana. O maior número de alunas atendidas é nas aulas de ginástica que existem há cerca de trinta anos, enquanto o alongamento ocorre há 4 anos e as aulas de zumba iniciaram em meados do primeiro semestre de 2015.

Atualmente o programa conta com cinco professoras, quatro que trabalham em horário integral e uma apenas meia jornada, sendo que são atendidas cerca de setecentas munícipes por semana em dezessete locais diferentes, e de acordo com o Diretor de Esportes os objetivos são: promoção da saúde, qualidade de vida, redução do sedentarismo e promoção do lazer. Também de acordo com o relato do diretor de esportes, as aulas de ginástica iniciaram-se na década de oitenta e existem ininterruptamente há aproximadamente trinta anos, todavia não encontraram o registro do ano específico do primeiro grupo iniciado.

Para participar do programa é necessário ser morador da cidade de Valinhos, ser do sexo feminino, ter idade entre 18 e 59 anos e apresentar atestado médico liberando o participante para a prática de atividade física. Já para pessoas menores de 18 anos são oferecidas várias modalidades esportivas e para maiores de 60 anos existe um programa específico para Terceira Idade. Entretanto, se a aluna estiver frequentando o programa de ginástica regular no momento em que completar 60 anos e ainda dispuser de condições físicas para acompanhar as aulas, ela é autorizada a continuar nas aulas. Todavia, geralmente as próprias alunas percebem o momento em que não conseguem mais acompanhar as aulas e decidem mudar de programa. Cabe ressaltar que nas aulas de zumba é permitida a participação do sexo masculino, entretanto, nota-se, que a adesão é muito pequena em relação ao público feminino inscrito.

Em relação à oferta da ginástica, ela acontece duas vezes por semana, com duração de uma hora, em pontos públicos específicos da cidade, geralmente centros comunitários, ginásios ou quadras, em raros casos acontecem parcerias com clubes para utilização do espaço. O intuito é que a aluna realize a aula no seu próprio bairro ou em algum bairro vizinho, mas sempre próximo de casa, evitando que estas necessitem de meio de transporte, dessa forma apenas o professor se desloca até o local, possibilitando maior adesão.

Para o desenvolvimento das aulas são considerados os exercícios localizados com halteres, caneleiras, faixas elásticas, elásticos, bastões ou bolas (com e sem carga)

dinâmicos ou isométricos, exercícios aeróbicos (aeróbica, dança, caminhada, corrida, step), circuitos apenas com exercícios localizados, ou com exercícios aeróbicos e localizados, alongamento e flexibilidade (individual ou em dupla). Também são realizadas aulas temáticas e comemorativas como, por exemplo, aula de dança especial de carnaval, na qual as alunas têm a opção de levar adereços ou ir com roupas coloridas; caminhada no dia da mulher com participação de todos os grupos na área de Lazer do Trabalhador; aula de massagem e relaxamento especial para o dia das mães; aulas abertas com todos os grupos em espaços públicos, etc. Estas atividades são bem vistas e sempre com adesão em massa em todos os grupos.

Uma prática tradicional ocorre toda última aula do mês de julho, antes do recesso de duas semanas. Em cada grupo realiza-se a tradicional “Festa Julhina da ginástica” na qual as alunas levam e compartilham pratos típicos e dança-se a quadrilha, geralmente, ensaiada na aula anterior, as alunas vestem-se com trajes juninos, inclusive as que estiverem afastadas por algum motivo de saúde também participam da festa.

Em toda última aula do ano realiza-se uma confraternização de encerramento com pratos doces, salgados e sucos, e a revelação do amigo secreto, cujo o preço do presente sempre é acessível e decidido pelo grupo para que todas possam participar. Também são realizadas uma ou duas excursões por ano para locais escolhidos, através de enquete, pela maioria das alunas ou definidos pela professora em acordo com os grupos.

A frequência das alunas é controlada através de lista de presença, as quais são entregues digitadas ao Diretor de Esportes todo final de mês, para controle do número de alunas e da participação nos grupos. Para permanecer na turma as alunas não podem apresentar três faltas seguidas ou cinco alternadas no mesmo mês sem justificativa plausível ou apresentação de atestado médico, mas esta medida é mais rígida nos bairros que possuem lista de espera.

O mesmo se aplica às aulas de alongamento, com exceção ao tipo de atividades desenvolvidas, uma vez que são priorizados exercícios de alongamento e flexibilidade, mobilidade articular, correção postural, coordenação motora, equilíbrio e fortalecimento muscular leve. As aulas de zumba também ocorrem duas vezes por semana, no CACC, com duração de uma hora por sessão, não é cobrada a frequência, mas as alunas necessitam entregar o atestado médico.

As aulas são frequentadas em sua maioria por donas de casa. Uma característica muito marcante é a ideia de que o momento em que praticam atividade física torna-se uma oportunidade para estar e conversar com outras pessoas, fazer amizades, trocar informações, ajudar umas às outras além do sentimento de pertencimento a um grupo. Essas características enriquecem as aulas e as transformam em momentos de lazer e socialização de práticas, aprendizagens e experiências.

Relatos e observações realizadas na cidade de Jundiaí

Ao selecionar a ação da cidade de Jundiaí priorizou-se escolher uma atividade física que tivesse em comum com as atividades desenvolvidas na cidade de Valinhos

o caráter de atendimento descentralizado. Jundiaí possui o Complexo Poliesportivo Dr. Nicolino de Lucca conhecido popularmente como “Bolão”, devido à sua arquitetura, no qual são desenvolvidas diversas atividades esportivas, entre elas atletismo, basquete, biribol, bocha, boxe, capoeira, ciclismo, damas, esportes radicais, futebol, futsal, ginástica corporal, ginástica para a 3ª idade, ginástica artística, ginástica rítmica, handebol, judô, karatê, kung-fu, luta olímpica, malha, natação, taekwondo, tênis de campo, tênis de mesa, vôlei, vôlei de praia e xadrez, mas essas modalidades fugiam do caráter de investigar atividades descentralizadas. No trabalho atual, esse espaço não foi investigado e a atenção voltou-se para as aulas de zumba que são desenvolvidas em vários pontos da cidade através do Projeto Zumba nos bairros.

Os dados apresentados foram coletados através de sites oficiais da Prefeitura de Jundiaí e de uma entrevista com o diretor de Esportes, senhor Luiz Miguel Lacerda, idealizador, organizador e responsável pelos programas e projetos de esportes e lazer da cidade de Jundiaí.

Com base na observação de três elementos: o site de divulgação de atividades da Prefeitura de Jundiaí, o vínculo do diretor municipal de esportes com o projeto e o uso dos espaços públicos, havíamos imaginado, inicialmente, que as aulas de Zumba configuravam-se como um projeto oficial da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer. Entretanto descobrimos que ele acontece principalmente devido à iniciativa do Diretor de Esportes Luiz Miguel e este é a única aproximação do projeto com a Secretaria, apesar de servir como atração em eventos da Prefeitura. Segundo o diretor de esportes, em Jundiaí, existe uma parceria entre as Secretarias Municipais, por isso, quando acontece um evento para divulgação ou lançamento de algum programa municipal, é bem provável que tenha as aulas de zumba, pois é um projeto que atrai um número grande de participantes.

O projeto teve seu início em 2014 e visava resgatar esse tipo de dança como música e movimento, além de oferecer à população “o que há de melhor em atividade física gratuitamente” (Diretor Luiz Miguel, em entrevista). O primeiro evento aconteceu em 08 de março em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, mas o programa teve seu lançamento oficial somente em junho do mesmo ano⁹. Foram capacitados quatro funcionários públicos, professores de educação física, que por motivos pessoais abandonaram o programa. Segundo depoimento do gestor, o projeto iniciou com o “objetivo democratizar as atividades esportivas e descentralizar as diversas modalidades em toda a cidade”. Atualmente, as aulas acontecem com a participação de professores voluntários, vinte inscritos no total. De acordo com o diretor de esportes, existe uma procura muito grande por parte dos profissionais para ministrar essas aulas, pois assim eles divulgam os seus trabalhos pessoais, já que a maioria trabalha em academias e escolas da cidade.

Por essa característica, não existe nenhuma parcela do orçamento da cidade disponibilizado para o projeto. Segundo o diretor de esportes, existem alguns pontos fixos de aulas em bairros afastados da cidade que atendem cerca de 120 pessoas: Hortolândia, Eloy Chaves, Terra Nova – uma vez por semana – e no Parque da Cidade – uma vez por mês. Somente nesses momentos, os profissionais recebem um valor de R\$ 50,00 por hora/aula pagos, segundo o Diretor de Esportes, do próprio bolso do Secretário de Esportes

⁹ <http://www.jundiai.sp.gov.br/noticias/2014/06/27/projeto-zumba-nos-bairros-comeca-neste-domingo-29/>

Cristiano Lopes, e de uma parceria com uma escola de inglês, Yes, que contribui com R\$ 350,00 mensais. Esses bairros foram selecionados por se caracterizarem como locais carentes, sem oferta de atividades diferenciadas e por serem espaços que atraíram maior número de participantes. Nesses locais, exceto no Parque da Cidade, existe um cadastro dos participantes apenas para constar os dados pessoais, mas não existe controle pelos organizadores sobre outros aspectos.

As aulas acontecem em espaços vinculados à prefeitura de Jundiáí, como centros esportivos, ou associações de moradores, unidades de apoio e praças públicas. Por essa característica, os administradores não conseguem ter controle sobre o perfil dos participantes, nota-se que a maioria é mulher e sem uma faixa etária específica. A média de participantes mensais é de 3.000 a 3.500 pessoas, com um total de 57.000 pessoas desde o início do programa.

A publicidade e a divulgação dos eventos são feitas exclusivamente através do Facebook. Segundo o Diretor Luiz Miguel, existe o desejo da população para que as aulas de zumba aconteçam com mais frequência nos bairros. Entretanto, a escolha dos locais acontece pela disponibilidade dos profissionais que ministram as aulas, visto que o programa depende do voluntariado para acontecer.

No Parque da Cidade, acontece o que o Diretor chamou de 'grande zumba': atividade que atrai um grande número de pessoas e é ministrada por uma média de oito profissionais, pois acontece durante todo o dia.

Conforme podemos observar nos quadros abaixo, as secretarias possuem algumas diferenças em relação aos seus programas:

Quadro 1 – comparativo entre as Secretarias de Esportes e Lazer de Valinhos/SP e Jundiáí/SP

Indicadores	VALINHOS	JUNDIAÍ
Quantidade de Educadores Físicos lotados	41 (cinco apenas para esse programa em específico)	20 (voluntários para este programa em específico)
Quantidade de modalidades existentes	16 (três delas pertencem a este programa em específico)	1 (para esse programa em específico)
Orçamento de acordo com a Lei Orçamentária Anual	1,58% da arrecadação do município (para todos os programas esportivos) R\$ 5.451.000,00	Zero
Número de habitantes no município	106.968 habitantes (IBGE - senso 2010)	354.204 habitantes (IBGE – senso 2010)

Fonte: elaborado pelas autoras

Através do quadro comparativo entre as Secretarias de Esportes, podemos enumerar diferenças também relacionadas com os projetos das duas cidades. É importante ressaltar que Valinhos apresenta quarenta e um professores concursados, mas apenas cinco trabalham no programa estudado, também possuem dezesseis modalidades e apenas

três delas (ginástica, alongamento e zumba) contemplam o programa de ginástica. Apesar de Jundiaí possuir outros programas de incentivo a atividades físicas, com profissionais cadastrados, o Projeto Zumba não valoriza o quanto deveria os docentes que se prepararam profissionalmente para essa função, visto que se trata de um trabalho voluntário.

Quadro 2 – comparativo geral entre os dois programas estudados

Indicadores	VALINHOS	JUNDIAÍ
Processo	Ativo desde o início da década de 90.	2ª edição.
Profissionais atuantes nas atividades fins e meios	Educadores Físicos concursados e Diretor de Esporte e Secretário de Esportes.	Educadores físicos voluntários.
Local em que estão alocados no organograma	Secretaria de Esportes e Lazer.	Secretaria de Esportes e Lazer.
Orçamento disponibilizado	Apenas o salário dos profissionais e compras esporádicas de materiais esportivos básicos.	Nenhum
Perfil das pessoas atendidas	Mulheres, entre 18 e 59 anos, em sua maioria “donas de casa”.	Não existe esse controle por parte dos organizadores do programa.
Objetivo da Secretaria de Esportes e Lazer	Promoção da Saúde, Qualidade de Vida, Redução do Sedentarismo e Promoção do Lazer.	Democratizar as atividades esportivas e descentralizar as diversas modalidades pela cidade.

Fonte: elaborado pelas autoras

Os dados coletados e apresentados demonstram que as cidades possuem visões diferenciadas a respeito da oferta de atividades físicas para a população. Enquanto o programa de Valinhos possui uma trajetória mais longa e mais regular, o de Jundiaí não oferece, ainda, uma atividade regular, oferecendo aulas de Zumba somente uma vez por semana em vários bairros da cidade.

Considerações finais

Analisando os dados coletados por meio das entrevistas e observações, pode-se dizer que as duas Secretarias de Esportes e Lazer oferecem atividade física orientada e gratuita, porém de formas distintas e, conforme a literatura estudada, as políticas públicas realmente variam de acordo com as particularidades de cada local, uma vez que os recursos como: verbas, orçamentos, estrutura disponibilizada, profissionais envolvidos, cultura política local e regional, entre outros, diferem de uma cidade para outra.

Enquanto em Jundiaí prevalece o caráter voluntário, com intuito de divulgação do trabalho dos profissionais, em Valinhos o serviço é prestado por professores concursados. Acreditamos que o voluntariado seja uma característica positiva de uma comunidade, mas consideramos que a Prefeitura de Jundiaí deva assumir a proposta e repensá-la, pois, um programa que visa levar atividades de qualidade para a população, como mencionou o diretor de esportes, deve ser acompanhado pelos órgãos competentes até mesmo para garantir a efetividade desse padrão.

Acreditamos que exista certa desatenção da prefeitura de Jundiaí na realização desse projeto. Primeiramente porque associa o desenvolvimento de atividades esportivas, ou de lazer, à Prefeitura ao mesmo tempo que se exime de qualquer responsabilidade em seu desenvolvimento. Em segundo lugar, não garante efetivamente continuidade das atividades, visto que, por ser um projeto itinerante, não oferece regularidade aos participantes. O programa pode até contribuir com o bem estar das pessoas que participam, já que oferece momentos agradáveis através de atividades físicas, mas não é capaz de oferecer uma atividade regular que realmente contribua de maneira significativa para melhoria da saúde.

E, finalmente, acreditamos que um projeto que vem se desenvolvendo de maneira tão promissora não deva ser veiculado apenas ao voluntariado. Dessa maneira, existe o descompromisso com as ideias do projeto além da desvalorização do profissional que participa das ações. Considerando a publicidade e a visibilidade que esse programa traz para a Prefeitura de Jundiaí, acreditamos que poderia configurar-se, efetivamente, como um projeto oficial da Secretaria de Esportes e Lazer da cidade.

Dessa forma, através do estudo, observou-se que o programa de Valinhos pode ser considerado mais efetivo e contínuo, enquanto em Jundiaí, o voluntariado, não se sustenta como elemento desencadeador de política pública nesse setor.

Nota-se que em Valinhos é possível acompanhar de maneira mais sistematizada, o desenvolvimento das atividades e avaliar a influência das ações na vida dos participantes. A partir dessa premissa, a programação de atividades futuras pode se tornar mais coerente com os anseios e com as necessidades dos munícipes envolvidos.

É importante ressaltar, que nos dois casos as atividades físicas contribuem com a promoção da qualidade de vida dos participantes, pois oferecem momentos de bem-estar durante a prática, de ludicidade e de trocas de experiências neste tempo de lazer.

No entanto, apesar das atividades das duas cidades fomentarem a sociabilização, pôde-se perceber que a fruição do lazer é mais presente nas práticas observadas na cidade de Jundiaí, uma vez que em Valinhos foi possível observar que o mais relevante para os participantes foi o caráter de atividade física regular e orientada, além de propiciar aos participantes um sentimento de pertencimento a um grupo.

Finalizamos propondo a continuidade dessa pesquisa e sugerindo que, nas duas cidades, após a realização de análise detalhada em todos os programas e projetos desenvolvidos e da escuta e da coleta da percepção dos participantes, que o poder público consiga, em parceria com a sociedade, iniciar um processo conjunto de construção de políticas públicas capazes de oferecer aos cidadãos das duas cidades a melhoria da

qualidade de vida a partir da inclusão do lazer e da prática de atividades físicas em suas vidas.

Referências

AMARAL, S. C. F. **Políticas públicas de lazer e participação cidadã: entendendo o caso de Porto Alegre**. 2003. 192 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

ARAÚJO, D. S. M. S.; ARAÚJO, C. G. S. **Aptidão física, saúde e qualidade de vida relacionada à saúde em adultos**. Revista Brasileira de Medicina do Esporte, Niterói, v. 6, n. 5, p. 194-203, out. 2000.

CARTA DE OTTAWA PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE. <<http://livrozilla.com/doc/817194/carta-de-otawa---pt>> Acesso em: 10 dez. 2015.

FERNANDES, R. S. **A cidade educativa como espaço de educação não formal, as crianças e os jovens como indicadores ambientais**. In: Paisagens em debate. Revista eletrônica da área Paisagem e Ambiente. FAU/USP, n. 05, dezembro, 2007.

GADOTTI, M. **A questão da educação formal/não formal**. Sion: Institut International des Droits de l'Enfant, 2005.

GARCIA, V. A. **A educação não formal como acontecimento**. 2009. 456 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

GOHN, M. da G. Educação não formal e cultura Política. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

JUNDIAÍ, Prefeitura Municipal. **Projeto Zumba nos Bairros começa neste domingo (29)**. Disponível em: <<http://jundiai.sp.gov.br/noticias/2014/06/27/projeto-zumba-nos-bairros-comeca-neste-domingo-29/>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. **Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 21, n. 48, p. 101-110, dez. 2013.

MACARDLE, W. D.; KATCH, F. I.; KATCH, V. L. **Fisiologia do exercício: nutrição, energia e desempenho humano**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

MILANI, C. R. S. **O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 551-579, maio/jun. 2008.

OMS. **Expectativa de vida aumenta em seis anos, diz OMS**. 2014. Disponível em: <<http://unasus.gov.br/noticia/expectativa-de-vida-aumenta-em-seis-anos-diz-oms/>> Acesso em: 10 nov. 2015.

SANTOS, F. C.; AMARAL, S. C. F. **Sobre lazer e políticas sociais: questões teórico-conceituais**. Revista Pensar a Prática, Goiânia, v.13, n.3, p. 1-13, set./dez. 2010.

TEIXEIRA, C. F. **Formulação e implementação de políticas públicas saudáveis: desafios para o planejamento e gestão das ações de promoção da saúde nas cidades.** Saúde e Sociologia, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 37-46, jan/abr. 2004.

TREVISAN, A. P.; VAN BELLEN, H. M. **Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-550, maio/jun. 2008.

TRILLA, J. **A educación non formal e a cidade educadora.** Duas perspectivas (unha analítica e outra globalizadota) do universo da educación. Revista Galega do Ensino, n. 24, p. 199-221, set./1999.

VALINHOS, Prefeitura Municipal. Projetos de Esportes e Lazer. <http://www.valinhos.sp.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1020&Itemid=80> Acesso em: 22 nov. 2015.

Endereço para correspondência

Avenida Arlindo Béttio, nº 1000, Vila Guaraciaba, São Paulo/SP - Cep: 03828-000
Email: caroline_giolo@yahoo.com.br

Recebido em:

05/05/2016

Aprovado em:

24/07/2016